ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ALERJ

CONCURSO PÚBLICO 2025

NÍVEL SUPERIOR – MANHÃ

ESPECIALISTA LEGISLATIVO - NÍVEL IV

ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

PROVA OBJETIVA
TIPO 2 (VERDE)

SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de sala uma folha para a marcação das respostas e uma folha de textos definitivos.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.

TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da **folha de respostas** e o preenchimento da **folha de textos definitivos**.
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões.**

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Na folha de respostas e na folha de textos definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**.
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- Confira a cor e o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas ou em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição da folha de respostas ou da folha de textos definitivos em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

FGV CONHECIMENTO

CONHECIMENTOS BÁSICOS
Língua Portuguesa

Atenção: o Texto a seguir se refere às seis próximas questões.

Iniciativas que estão transformando a Educação no Rio

Atualmente, diversas iniciativas estão transformando a educação no Rio de Janeiro, proporcionando novas abordagens que impactam positivamente alunos e professores. Programas inovadores estão sendo implementados para criar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e inclusivo.

Uso de Tecnologia Educacional

Uma das principais transformações é o uso de tecnologia educacional nas aulas. Recursos como plataformas online, aplicativos educacionais e ferramentas interativas estão ajudando a engajar os alunos de forma mais efetiva. Isso não só facilita o acesso ao conhecimento, como também estimula a autonomia.

Projetos Sociais e Comunitários

Iniciativas sociais, como projetos que envolvem a comunidade local, têm mostrado resultados promissores. Programas de reforço escolar, atividades extracurriculares e parcerias com ONGs ajudam a complementar a educação formal e oferecem suporte adicional aos estudantes.

Formação Continuada de Professores

A formação continuada de professores é outra peça fundamental nesta transformação. A capacitação em novas metodologias e tecnologias de ensino prepara os educadores para lidar com os desafios atuais, oferecendo auxílio para que eles possam explorar todo o potencial de seus alunos.

Essas iniciativas, quando unidas, criam um ecossistema mais forte para a educação no Rio, contribuindo para uma aprendizagem mais rica e efetiva. A comunidade escolar ganha muito com a implementação de ações que promovem a inclusão e a inovação.

O futuro da educação no Rio de Janeiro

As transformações na educação do Rio de Janeiro mostram que há esperança e caminho para um futuro melhor. Com iniciativas inovadoras, uso de tecnologia e o envolvimento da comunidade, é possível construir uma educação mais inclusiva e de qualidade.

À medida que se investe na capacitação de educadores e se promove o uso efetivo dos recursos disponíveis, espera-se que mais alunos sejam motivados e alcançados. A colaboração entre todos os agentes envolvidos é crucial para alcançar resultados positivos.

Assim, o compromisso contínuo com a educação pode levar a mudanças significativas, capacitando as novas gerações a criarem um futuro mais próspero e igualitário.

Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, 2025.

1

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o principal objetivo do Texto.

(A) Dar uma visão positiva da educação no Rio de Janeiro, destacando medidas tomadas para sua melhoria.
(B) Informar o público em geral sobre a situação educacional do Estado.
(C) Mostrar a preocupação do governo do Estado em adaptar as escolas a mudanças tecnológicas importantes.
(D) Criticar o atual estado da conjuntura educacional, mostrando graves problemas.
(E) Difundir mudanças educacionais positivas, para que o exemplo possa espalhar-se pelo país.

2

O texto traz a frase:

"*À medida que se investe na capacitação de educadores e se promove o uso efetivo dos recursos disponíveis ...*", em que ocorre o uso correto de pronomes pessoais oblíquos.

Assinale a opção em que a colocação do pronome pessoal oblíquo também está gramaticalmente correta.

(A) "Deveria existir uma pitada de diletantismo na crítica, pois o diletante é um entusiasta que ainda não acomodou-se e não está preso aos hábitos."
(B) "Não pode chamar-se realmente de língua o idioma que não possui escritor."
(C) "Se enganam aqueles que querem combater o uso com a gramática."
(D) "Ai dos feitores de traduções literárias que, ao traduzirem cada palavra, enfraquecem o sentido! Este é bem o caso em que não pode se dizer que a letra mata e o espírito vivifica."
(E) "Podes conhecer o espírito de qualquer pessoa, se observares como ela comporta-se ao receber elogios."

3

Leia o trecho a seguir.

Uma das principais transformações é o uso de tecnologia educacional nas aulas. Recursos como plataformas online, aplicativos educacionais e ferramentas interativas estão ajudando a engajar os alunos de forma mais efetiva.

O emprego de novas tecnologias na Educação pretende, fundamentalmente,

(A) mostrar a competência das autoridades educacionais do Estado em áreas da modernidade.
(B) aumentar a participação efetiva dos alunos nos processos educacionais utilizados.
(C) fazer com que a educação brasileira se equipare às mais adiantadas do mundo.
(D) desenvolver processos mentais de maior rapidez e eficiência no ensino.
(E) aplicar métodos pedagógicos modernos, só passíveis de utilização com a computação.

4

Analise o fragmento a seguir.

As transformações na educação do Rio de Janeiro mostram que há esperança e caminho para um futuro melhor. Com iniciativas inovadoras, uso de tecnologia e o envolvimento da comunidade, é possível construir uma educação mais inclusiva e de qualidade.

Entre as modificações propostas no fragmento acima para a área da educação no Estado do Rio de Janeiro, só ***não*** é citada

(A) a participação da comunidade na vida escolar.
(B) a aplicação de novos meios tecnológicos.
(C) a inclusão de todos os educandos no processo.
(D) a necessidade de melhores condições de trabalho.
(E) a adoção de medidas criativas.

5

Analise o segmento a seguir.

Assim, o compromisso contínuo com a educação pode levar a mudanças significativas, capacitando as novas gerações a criarem um futuro mais próspero e igualitário.

Depreende-se desse segmento que

(A) a prosperidade econômica depende exclusivamente da renovação do processo educacional.
(B) a educação pública deve ser priorizada sobre a privada.
(C) a educação é ferramenta indispensável para a construção de um futuro econômica e politicamente positivo.
(D) as mudanças significativas ocorrem com a mudança educacional, apesar das interrupções políticas.
(E) os processos educacionais devem priorizar a área econômica, pois dela depende todo o restante.

6

O texto fala de plataformas *online*, utilizando-se de um estrangeirismo de uso corrente.

As frases a seguir mostram palavras ou expressões de origem latina (*latinismos*), frequentes em nossa língua escrita culta.

Assinale a opção que mostra a frase em que o *latinismo* empregado tem seu equivalente em língua portuguesa corretamente indicado.

(A) A carta trazia um *post scriptum* que mencionava a exigência. / informação oculta.
(B) A transferência *ad hoc* do funcionário havia sido feita. / para outro posto.
(C) *Ex abrupto* todas essas coisas ocorreram. / De repente.
(D) Dois dias depois acharam um *modus vivendi.* / meio de sobreviver.
(E) Surpreendido em pleno delito, ouviu a frase *Tu quoque, Brute* em tom de comédia. / Que coisa feia!

7

Nas frases a seguir há um termo precedido de artigo definido.

Assinale a frase em que a função desse artigo está ***incorretamente*** identificada.

(A) "Esta ideia, rútila e grande, - trajada ao bizarro, como diria o padre Bernardes, - esta ideia começou uma vertigem de cabriolas e eu deixei-me estar com os olhos nela..." (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*) / Antes de nomes próprios personativos, implica a noção de intimidade, afetividade, conhecimento.
(B) "Todo aquele reviver das coisas parecia estar pedindo uma igual aurora nas almas. Estas é que deveriam falar ali a sua língua delas, amorosa e cândida." (*A Mão e a Luva*) / Antes de pronome adjetivo possessivo mostra função identificadora, realçando a ideia de posse.
(C) "-Bem, agora é tarde, amanhã levo-lhe os dez contos." (*Quincas Borba*) / Mostra valor demonstrativo.
(D) "Para dizer tudo, devo confessar que o coração me batia um pouco." (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*) / Mostra valor possessivo.
(E) "E ela percorria toda a conversação, e não achava nada que explicasse a frieza dele." (*Quincas Borba*) / Mostra valor equivalente ao artigo indefinido.

8

Assinale a opção que apresenta a frase em que há ***erro ortográfico*** em um dos termos sublinhados.

(A) *Bom dia*, companheiros, retribuiu o diretor ao *bom-dia* dos funcionários presentes.
(B) José era *bem-educado*, ao contrário do irmão, que não havia sido *bem educado* pelos pais.
(C) Na *segunda feira* que visitaram, disseram-lhes que na próxima *segunda-feira* haverá mais barracas.
(D) O anfitrião queria o *bem estar* de todos e por isso mesmo queria o *bem-estar* dos convidados.
(E) O meu filho vive no mundo do *faz-de-conta* e às vezes a babá *faz de conta* que é mãe dele.

9

Entre as frases a seguir, assinale aquela em que a preposição ***a*** tem valor semântico de *finalidade*.

(A) "Pode ir *a* São Paulo, a Pernambuco ou ainda mais longe." (*Dom Casmurro*)
(B) "Alguma vez desceu *a* jantar, com os olhos vermelhos e a fronte pesarosa." (*Helena*)
(C) "Também Capitu, em solteira, fora tratá-la *à* Rua dos Inválidos." (*Dom Casmurro*)
(D) "Tio Cosme acomodava as carnes, e a besta partia *a* trote." (*Dom Casmurro*)
(E) "Era lido, posto que de atropelo, o bastante para divertir ao serão e *à* sobremesa." (*Dom Casmurro*)

10

Assinale a opção que apresenta a frase que ***não*** mostra desvio gramatical, com referência à norma culta.

(A) "É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber." (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)

(B) "Eram tantos os castelos que meu pai engenhara, tantos e tantíssimos os sonhos, que não podia vê-los assim esboroados..." (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)

(C) "— Procura pelo senhor? — Parece que procura, respondeu Raimundo tapando o riso com a mão; mas eu tranquei ele no quarto, para não fugir." (*Quincas Borba*)

(D) "Meses depois fui para o seminário de São José. Se eu pudesse contar as lágrimas que chorei na véspera e na manhã, somaria mais que todas as vertidas desde Adão e Eva." (*Dom Casmurro*)

(E) "Aquela intimidade de vizinhos tinha de acabar nisto, que é verdadeiramente uma bênção do céu, porque ela é um anjo, é um anjíssimo..." (*Dom Casmurro*)

Noções de Informática

11

Uma lista contendo 500 nomes de servidores encontra-se disposta de forma aleatória. O setor de Recursos Humanos precisa organizá-la em ordem alfabética crescente (de A a Z).

Assinale a opção que indica, no MS-Excel, o recurso usado para organizar dados com base em critérios alfabéticos ou numéricos.

(A) Filtro.
(B) Classificar.
(C) Congelar Painéis.
(D) Tabela Dinâmica.
(E) Validação de Dados.

12

Durante uma pesquisa no Google Chrome, um usuário fechou acidentalmente uma aba que continha informações importantes.

Assinale a opção que apresenta o atalho de teclado que permite reabrir a última aba que foi fechada no navegador.

(A) Ctrl + T
(B) Ctrl + N
(C) Ctrl + Shift + T
(D) Ctrl + Shift + N
(E) Alt + F4

13

Durante a redação de um texto, um funcionário usou o comando `Ctrl + C` em três frases diferentes, em momentos distintos. Ele deseja acessar o histórico para escolher qual das frases colar agora.

Assinale a opção que apresenta a combinação de teclas que deve ser usada no Windows 10 para abrir a interface do Histórico da Área de Transferência.

(A) Ctrl + V
(B) Alt + Tab
(C) Windows + V
(D) Windows + H
(E) Shift + Insert

14

Um servidor está preparando uma apresentação para uma audiência pública e deseja que, ao passar do *slide* 1 para o *slide* 2, surja um efeito do tipo "Empurrão".

Assinale a opção que indica, no MS-PowerPoint, o efeito que é aplicado ao movimento que ocorre durante a mudança entre um *slide* e outro.

(A) Animação.
(B) Transição.
(C) *Design.*
(D) *Layout.*
(E) Botão de Ação.

15

Um servidor criou uma tabela no Word para listar deputados e suas respectivas comissões. Ele precisa que a primeira linha da tabela, ou seja, o cabeçalho da tabela, apareça automaticamente no topo de cada nova página, caso a tabela se estenda por várias folhas.

Assinale a opção nas "Propriedades da Tabela" ou na guia "*Layout*" que permite realizar essa ação.

(A) Dividir Tabela.
(B) Classificar.
(C) Repetir Linhas de Cabeçalho.
(D) Converter em Texto.
(E) Ajuste Automático.

16

Um analista precisa verificar se o gasto de um gabinete ultrapassou o teto de R$ 30.000,00. O valor gasto está na célula `A10`. Se ultrapassar, a planilha deve exibir "ALERTA", caso contrário, "OK".

Assinale a opção que mostra a fórmula, quando aplicada no MS-Excel, que executa corretamente essa tarefa.

(A) =SOMA(A10>30000; "ALERTA"; "OK")
(B) =SE(A10>30000; "ALERTA"; "OK")
(C) =PROCV(A10>30000; "ALERTA"; "OK")
(D) =CONT.SE(A10>30000; "ALERTA")
(E) =MÁXIMO(A10; 30000)

17

Um servidor precisa enviar um conjunto de 50 fotos de alta resolução por *e-mail*, mas o servidor de correio limita o tamanho do anexo a 20 MB.

Assinale a opção que indica a técnica mais adequada para contornar essa limitação de tamanho, preservando a organização.

(A) Alterar a extensão das fotos para .doc.
(B) Enviar 50 *e-mails* separados.
(C) Compactar as fotos em um único arquivo (ex.: .zip ou .rar).
(D) Inserir as fotos no corpo do texto como imagem.
(E) Excluir o campo "Assunto" para liberar espaço.

18

Um servidor da Alerj precisa organizar diversos relatórios na pasta "Documentos". Ele deseja mover um arquivo específico de uma subpasta para outra utilizando o *mouse*, mas sem que o arquivo original permaneça no local de origem.

Considerando o funcionamento padrão do Explorador de Arquivos do MS-Windows 10, assinale a opção que indica a ação executada pelo sistema ao arrastar um arquivo de uma pasta para outra dentro da mesma unidade de disco.

(A) Copiar o arquivo.
(B) Criar um atalho.
(C) Mover o arquivo.
(D) Compactar o arquivo.
(E) Excluir o arquivo original.

19

Um usuário deseja acessar as configurações do sistema para verificar as atualizações do *Windows Update*.

Assinale a opção que indica, corretamente, o atalho de teclado que abre diretamente a janela de Configurações do Windows 10.

(A) Windows + E
(B) Windows + I
(C) Windows + L
(D) Windows + R
(E) Windows + P

20

Na planilha de controle de estoque da Alerj, a célula `B2` contém o preço unitário e a célula `C2`, a quantidade. Na célula `D2`, o usuário inseriu a fórmula `=$B2*C$2`.

Se o usuário arrastar a alça de preenchimento da célula `D2` para a célula E3, a fórmula, nessa nova célula, será

(A) =$B3*D$2
(B) =$B2*C$2
(C) =$B3*C$2
(D) =$C2*D$2
(E) =B3*C3

Noções de Direito Administrativo

21

Considerando as disposições do Código Civil, é correto afirmar que a sede da Alerj é um bem público de

(A) uso comum do povo, sendo inalienável, enquanto conservar a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
(B) uso especial, sendo inalienável, enquanto conservar a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
(C) dominical, sendo inalienável, enquanto conservar a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
(D) uso comum do povo, inexistindo restrição à sua alienação.
(E) uso especial, inexistindo restrição à sua alienação.

22

Lucas, servidor público federal, tomou conhecimento de que a tomada de determinada decisão administrativa exige a participação de cinco diferentes setores da Administração Pública. Registre-se que se está diante de relevante matéria em discussão, relacionada ao poder sancionador, e que há discordância prejudicial à celeridade do processo administrativo decisório.

Sobre o caso apresentado, considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, assinale a afirmativa correta.

(A) Essa decisão administrativa poderá ser tomada por meio de decisão coordenada, em razão da relevância da matéria em discussão e por força da discordância prejudicial à celeridade do processo administrativo decisório.
(B) Essa decisão administrativa deverá ser tomada por meio de decisão coordenada, em razão da discordância prejudicial à celeridade do processo administrativo decisório.
(C) Não é juridicamente cabível que essa decisão administrativa seja tomada por meio de decisão coordenada, já que o referido instituto não tem previsão legal.
(D) Não é juridicamente cabível que essa decisão administrativa seja tomada por meio de decisão coordenada, por expressa vedação legal.
(E) Essa decisão administrativa deverá ser tomada por meio de decisão coordenada, em razão da relevância da matéria em discussão.

23

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro tomou conhecimento de que Henrique, servidor público no Município *Alfa*, praticou, dolosamente, três diferentes condutas caracterizadoras de improbidade administrativa, quais sejam:

i) em 2022, o agente descumpriu as normas relativas à fiscalização de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas;
ii) em 2023, Henrique praticou, no âmbito da Administração Pública e com recursos do erário, ato de publicidade, em contrariedade aos mandamentos constitucionais, promovendo inequívoco enaltecimento próprio e personalização de atos de órgãos públicos;
iii) em 2024, o servidor frustrou, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio direto.

Sobre a hipótese apresentada, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, assinale a afirmativa correta.

(A) Henrique cometeu, em 2022, ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da Administração Pública. Por sua vez, nos anos de 2023 e 2024, ele praticou atos de improbidade administrativa que causaram prejuízo ao erário.
(B) Henrique, em 2022, cometeu ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário. Por sua vez, nos anos de 2023 e 2024, ele praticou atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública.
(C) Henrique, em 2022 e em 2023, cometeu atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública. Por sua vez, no ano de 2024, foi praticado ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário.
(D) Henrique praticou, nos três casos, atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública.
(E) Henrique, nos três episódios, praticou atos de improbidade administrativa que causaram prejuízo ao erário.

24

Com o objetivo de implementar as promessas realizadas durante o processo eleitoral, José, recém empossado no cargo de Prefeito do Município *Alfa*, no Estado do Rio de Janeiro, solicitou um parecer à sua equipe jurídica sobre a aplicabilidade, ou não, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, analisando

i) a alienação e a concessão de direito real de uso de bens;
ii) a compra por encomenda; e
iii) a contratação de tecnologia da informação e de comunicação.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que a referida legislação se aplica

(A) à compra por encomenda, bem como à contratação de tecnologia da informação e de comunicação, mas não à alienação e à concessão de direito real de uso de bens.
(B) à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, mas não à compra por encomenda, tampouco à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
(C) à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, bem como à compra por encomenda e à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
(D) à compra por encomenda, mas não à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, tampouco à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
(E) à contratação de tecnologia da informação e de comunicação, mas não à compra por encomenda, tampouco à alienação e à concessão de direito real de uso de bens.

25

Renan, maior e capaz, que se encontra com os seus direitos políticos suspensos, na forma da lei, tomou conhecimento de que o Estado *Alfa* editou ato administrativo lesivo ao patrimônio histórico e cultural do referido ente federativo.

Irresignado com a situação apresentada, Renan pretende ingressar, em Juízo, com uma ação popular, para questionar a medida adotada pelo Poder Público.

Sobre esse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

(A) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que a referida demanda não tem a finalidade de questionar a edição de ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural.
(B) Ele poderá ajuizar uma ação popular, ficando isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência, salvo comprovada má-fé.
(C) Ele poderá ajuizar uma ação popular, desde que o Ministério Público não o faça no prazo constitucionalmente estipulado.
(D) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que a competência, para tanto, é do Ministério Público.
(E) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que está com os seus direitos políticos suspensos, na forma da lei.

26

José, residente e domiciliado no Município do Rio de Janeiro, encontra-se em situação de inadimplência junto à concessionária *Alfa*, que presta o serviço público de fornecimento de energia elétrica na municipalidade. Apesar de já ter sido formalmente notificado, José não quitou as suas dívidas.

Em assim sendo, a concessionária suspenderá a prestação do serviço público, em observância às formalidades legais. Registre-se que haverá feriado nacional na quinta-feira da semana em que a interrupção do serviço será efetivada.

Sobre o caso apresentado, considerando as disposições da Lei nº 13.460/2017, é correto afirmar que a suspensão da prestação do serviço público poderá se iniciar na(o)

(A) quarta-feira.
(B) quinta-feira.
(C) sexta-feira.
(D) terça-feira.
(E) sábado.

27

O Prefeito do Município *Beta*, em manifestação publicada nos mais variados meios locais de comunicação, afirmou que trabalhou arduamente para a instituição da fundação *Alfa*, que passou a integrar a Administração Indireta do referido ente federativo.

Considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a autorização para instituir a fundação *Alfa* ocorrerá por meio de

(A) lei complementar, cabendo a um decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação.
(B) lei específica, cabendo a um decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação.
(C) lei complementar, cabendo a uma lei ordinária definir as áreas de sua atuação.
(D) lei específica, cabendo a uma lei complementar definir as áreas de sua atuação.
(E) decreto, cabendo a uma lei específica definir as áreas de sua atuação.

28

Carolina, servidora pública no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), participou de um curso de capacitação que versava sobre os princípios da legalidade e da impessoalidade aplicáveis à Administração Pública.

Sobre esses princípios, considerando as disposições da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

(A) O princípio da *legalidade* está previsto, expressamente, no texto constitucional, enquanto o princípio da *impessoalidade* não está abarcado, expressa ou implicitamente, pelas normas constitucionais.
(B) Os princípios da *legalidade* e da *impessoalidade*, mesmo não tendo previsão constitucional expressa, estão implicitamente abarcados pelas normas constitucionais.
(C) O princípio da *impessoalidade*, muito embora não tenha previsão constitucional expressa, está implicitamente abarcado pelas normas constitucionais.
(D) O princípio da *legalidade*, muito embora não possua previsão constitucional expressa, está implicitamente abarcado pelas normas constitucionais.
(E) Os princípios da *legalidade* e da *impessoalidade* estão previstos, expressamente, no texto constitucional.

29

João, servidor público no Estado do Rio de Janeiro, tomou conhecimento de que, no dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos: i) fornecimento de bens; ii) locações; iii) prestação de serviços; e iv) realização de obras.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

I. A ordem cronológica de pagamento poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao Tribunal de Contas competente, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato.

II. A inobservância imotivada da ordem cronológica de pagamento ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.

III. O órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

30

João, servidor público estável ocupante do cargo efetivo de Especialista Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado *Alfa*, de forma dolosa, no exercício da função, praticou ato ilícito que causou danos materiais à cidadã Maria, que buscara atendimento junto à mencionada Casa Legislativa. Maria, então, ajuizou ação indenizatória e obteve, por meio de sentença judicial transitada em julgado, vinte mil reais, que foram pagos pelo Estado *Alfa*.

Em seguida, o Estado *Alfa*, pela sua Procuradoria-Geral, ajuizou ação regressiva em face de João, pretendendo o ressarcimento pelos vinte mil reais que teve que pagar a Maria.

No caso em tela, João

(A) Não deverá ser condenado ao ressarcimento, pois apenas o Estado *Alfa* pode ser obrigado a promover o pagamento, sem direito de regresso.
(B) Não deverá ser condenado ao ressarcimento, pois apenas a Assembleia Legislativa do Estado *Alfa* pode ser obrigada a promover o ressarcimento, a título de direito de regresso.
(C) Deverá ser condenado ao ressarcimento, pelo direito de regresso, sendo sua responsabilidade civil objetiva, que é aquela que independe da comprovação de ter o servidor agido com culpa ou dolo.
(D) Deverá ser condenado ao ressarcimento, pelo direito de regresso, sendo sua responsabilidade civil subjetiva, que é aquela que depende da comprovação de ter o servidor agido com culpa ou dolo.
(E) Deverá ser condenado ao ressarcimento, pelo direito de regresso, sendo sua responsabilidade civil objetiva, que é aquela que depende da comprovação de ter o servidor agido com culpa ou dolo.

Noções de Direito Constitucional

31

Um Estado-membro pretende criar uma sociedade de economia mista para explorar diretamente, em regime concorrencial, o serviço de transporte intermunicipal de passageiros, justificando a medida como forma de melhorar a qualidade do serviço. Ao mesmo tempo, cogita-se dispensar licitação para delegar a operação do serviço a uma empresa privada "parceira" por permissão, alegando urgência e interesse público.

À luz da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

(A) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado é livre e independe de justificativa constitucional, bastando lei autorizativa.
(B) A criação de sociedade de economia mista para explorar atividade econômica sujeita-se a regime jurídico de direito público, com privilégios fiscais típicos da Administração Direta.
(C) O Estado, como agente normativo e regulador, exerce funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo tais funções determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
(D) A delegação de serviço público por concessão ou permissão prescinde de licitação quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.
(E) A prestação de serviço público somente pode ocorrer diretamente pelo Poder Público, sendo vedada a delegação por concessão ou permissão.

32

João tinha alguns problemas em sua vida pessoal e, após consultar um profissional com capacidade postulatória, foi-lhe informado que, em razão da diversidade desses problemas, deveria utilizar as ações constitucionais de *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* e mandado de injunção. Embora não fosse economicamente hipossuficiente, preocupado com os custos envolvidos, questionou o profissional em relação à gratuidade, ou não, dessas ações.

Foi corretamente informado a João que a Constituição da República assegura a gratuidade

(A) de todas as ações.
(B) apenas do *habeas corpus*.
(C) apenas do *habeas corpus* e do *habeas data*.
(D) apenas do mandado de injunção e do mandado de segurança.
(E) apenas do *habeas corpus*, do mandado de injunção e do mandado de segurança.

33

Durante a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026, a equipe econômica da União propôs a exclusão integral das despesas com precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs), tanto do limite individualizado de despesas do Poder Executivo quanto da meta de resultado primário, alegando a necessidade de preservar espaço fiscal para investimentos públicos e continuidade de políticas sociais.

Parlamentares, por sua vez, questionaram se essa proposta estaria compatível com o texto constitucional vigente, especialmente após as alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais nº 102/2019, nº 109/2021, nº 135/2024 e nº 136/2025, que reforçaram o dever de execução orçamentária, a disciplina fiscal e a integração entre planejamento, orçamento e metas fiscais.

À luz do Art. 165 da Constituição Federal, em sua redação atualizada, assinale a afirmativa correta.

(A) A exclusão das despesas com precatórios e RPVs do limite de despesas e da meta de resultado primário pode ser realizada de forma permanente por meio da LDO, desde que justificada pela necessidade de expansão de investimentos.

(B) As alterações constitucionais recentes conferiram plena discricionariedade ao Poder Executivo para definir, na LDO, quais despesas obrigatórias serão computadas ou excluídas das metas fiscais.

(C) A Constituição passou a impor o dever de execução das programações orçamentárias indistintamente a todas as despesas, inclusive às financeiras e às obrigatórias.

(D) A exclusão das despesas com precatórios e RPVs do limite individualizado do Poder Executivo a partir de 2026 não implica, por si só, sua exclusão definitiva da apuração da meta de resultado primário, a qual deve observar regras constitucionais de incorporação gradual.

(E) A Constituição autoriza que a LDO afaste, de maneira geral, o cômputo de precatórios e RPVs tanto do limite de despesas quanto da meta fiscal, desde que respeitado o princípio do equilíbrio orçamentário.

34

Joana, servidora pública estadual, deseja concorrer a um cargo eletivo nas eleições municipais a serem realizadas no ano subsequente, mas tinha dúvidas em relação à necessidade, ou não, de se afastar do serviço estadual após a investidura, bem como em relação à sua remuneração.

Após analisar a sistemática vigente, Joana concluiu corretamente que, caso seja eleita para o cargo de

(A) vereadora, deve ser afastada do cargo público estadual, mas continuará a receber a respectiva remuneração.

(B) prefeita, deve receber tanto a remuneração afeta a esse cargo como a concernente ao cargo público estadual.

(C) vereadora ou prefeita, deve ser afastada do cargo público estadual, não podendo receber a remuneração afeta a esse último.

(D) vereadora ou prefeita, pode continuar no cargo público estadual, recebendo a respectiva remuneração, se houver compatibilidade de horários.

(E) prefeita, pode optar pela remuneração do cargo público estadual, e se for eleita vereadora terá igual direito se não houver compatibilidade de horários.

35

Durante a apreciação das contas de determinado ente federativo, foram identificadas irregularidades relacionadas à execução de despesas sem adequada comprovação de economicidade e ao descumprimento de normas de planejamento orçamentário.

Diante disso, suscitou-se discussão sobre o alcance da fiscalização contábil, financeira e orçamentária prevista na Constituição Federal.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

(A) A fiscalização contábil, financeira e orçamentária limita-se à verificação da legalidade formal dos atos administrativos.

(B) O controle externo é exercido exclusivamente pelos Tribunais de Contas, de forma autônoma em relação ao Poder Legislativo.

(C) A economicidade é critério autônomo e obrigatório de fiscalização, expressamente previsto no art. 70 da CF, condicionada à comprovação prévia de dano ao erário.

(D) Compete ao Poder Executivo exercer o controle interno; ao Tribunal de Contas, o controle externo; e, ao Poder Legislativo, apenas o julgamento político das contas.

(E) A titularidade do controle externo é do Poder Legislativo, que o exerce com o auxílio dos Tribunais de Contas, os quais atuam como órgãos técnicos especializados, sem substituir a função política e institucional do Parlamento. Trata-se de um modelo que combina controle democrático e controle técnico, assegurando *accountability* na gestão dos recursos públicos.

36

Durante a tramitação do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), parlamentares apresentaram emendas individuais destinadas a Municípios. Parte delas por meio de transferências especiais, sem vinculação á finalidade específica, e a outra parte por transferências com finalidade definida. No curso do processo legislativo, surgiram questionamentos sobre os limites dessas emendas, sua execução obrigatória e o papel da Comissão de Orçamento.

À luz da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

(A) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária podem ser aprovadas sem limite percentual da receita corrente líquida, desde que observem a compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e a LDO.

(B) A execução das emendas individuais é obrigatória apenas quando destinadas a ações e serviços públicos de saúde, permanecendo discricionária nos demais casos.

(C) As emendas individuais impositivas podem alocar recursos a Estados e Municípios por transferência especial ou por transferência com finalidade definida, observadas as vedações constitucionais quanto à destinação dos recursos.

(D) As emendas individuais somente produzem efeitos após aprovação definitiva pelo Plenário do Congresso Nacional, não se submetendo à apreciação prévia da Comissão Mista de Orçamento.

(E) Os recursos oriundos de transferências especiais integram a receita do ente federado beneficiário para fins de cálculo dos limites de despesa com pessoal e de endividamento.

37

O Tribunal de Contas do Estado *Alfa* (TCEA) identificou uma irregularidade em contrato administrativo celebrado pela Secretaria Estadual de Educação, que tem como objetivo a aquisição de material escolar. A irregularidade consistia na existência de superfaturamento de parte dos preços.

Nessa situação, à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o TCEA deve

(A) sustar o contrato administrativo.
(B) rescindir o contrato administrativo.
(C) pedir autorização à Assembleia Legislativa para sustar o contrato administrativo.
(D) comunicar à Assembleia Legislativa, que poderá sustar o contrato administrativo.
(E) determinar a redução dos preços ao valor de mercado, não sendo possível que o TCEA ou a Assembleia Legislativa suste o contrato administrativo.

38

Em determinada legislatura, foi instituída uma comissão temporária no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), visando à apuração de fato determinado.

No curso dos debates inaugurais, foi discutido entre os integrantes da comissão a possibilidade de convocação do Governador do Estado para comparecer em uma audiência e ser ouvido.

Na situação descrita, é correto afirmar em relação à convocação cogitada que

(A) é possível, mas a convocação deve ser previamente aprovada pelo Plenário da Alerj.
(B) é possível apenas se a comissão for uma Comissão Parlamentar de Inquérito.
(C) é vedada, pois comissões da Alerj não podem convocar autoridades do Poder Executivo.
(D) não é prevista na Constituição da República a possibilidade de convocação do Chefe do Poder Executivo.
(E) é possível, mas é necessário assegurar ao Chefe do Poder Executivo a prerrogativa de marcar dia e horário para comparecer.

39

Determinado projeto de lei apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) foi encaminhado para a análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC).

Na situação descrita, é correto afirmar, à luz do Regimento Interno (RI) da Alerj, que

(A) as duas comissões devem se limitar a emitir pareceres, que sempre serão submetidos à deliberação do Plenário.
(B) as duas comissões devem discutir e votar projeto de lei que, na forma do RI, dispensar a deliberação do Plenário, salvo recurso de um décimo dos membros da Alerj.
(C) os projetos de lei sempre serão apreciados em caráter terminativo por ambas as comissões, salvo se a submissão ao Plenário for determinada no despacho inicial da Mesa.
(D) a deliberação da CCJ tem caráter terminativo, enquanto a manifestação da CDC pode ser submetida à deliberação do Plenário, se houver recurso de um décimo dos membros da Alerj.
(E) as duas deliberações das duas comissões terão caráter terminativo, não sendo submetidas ao Plenário, salvo se for realizado acordo de lideranças, em momento anterior, definindo essa submissão.

40

Foi identificado, no âmbito do Estado *Alfa,* o surgimento de diversas sociedades empresárias com objeto social na área de tecnologia, o que suscitou debates, no âmbito da Assembleia Legislativa, em relação à possibilidade de ser editada uma lei disciplinando os contratos a serem celebrados entre as referidas sociedades.

Ao fim dos debates, concluiu-se corretamente que a matéria é de competência legislativa

(A) privativa da União.
(B) residual do Estado *Alfa.*
(C) supletiva do Estado *Alfa.*
(D) plena dos entes federativos.
(E) comum entre os entes federativos.

Legislação Específica

41

Após a tramitação de processo administrativo disciplinar, foi aplicada a Inácio, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito da Administração Pública direta do Estado do Rio de Janeiro, a pena disciplinar de suspensão.

Na situação descrita, considerando os balizamentos estabelecidos pelo Decreto nº 2.479/1979, é correto afirmar que a

(A) pena não excedeu 90 (noventa) dias.
(B) conduta de Inácio não foi praticada com dolo ou má-fé.
(C) pena não acarretará a perda das vantagens decorrentes do exercício do cargo.
(D) conduta de Inácio não configurou falta grave, o que acarretaria a demissão.
(E) pena pode ser convertida em multa, no percentual legal e observados os requisitos previstos.

42

Maria, servidora de uma Secretaria do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, constatou que outro servidor não estaria exercendo com estrita moderação as prerrogativas funcionais, o que, em tese, configuraria afronta ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro. Por essa razão, desejava encaminhar peças para a estrutura orgânica responsável pela apuração da referida conduta.

Após consultar o decreto de regência, Maria concluiu corretamente que a apuração deve ser realizada

(A) pela comissão central de ética, integrada por 5 (cinco) servidores nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.
(B) pelo superior hierárquico do servidor que teria violado o dever ético, com o encaminhamento das conclusões ao Secretário de Estado.
(C) pela comissão permanente de inquérito administrativo, que deve sugerir ao Secretário de Estado a adoção das medidas correspondentes à sua esfera de competência.
(D) pela comissão temporária de ética, integrada por cinco servidores designados pelo Secretário de Estado, entre ocupantes de cargo de provimento efetivo, com mandato de 2 (dois) anos.
(E) por uma comissão de ética setorial, que deve ser constituída no âmbito da Secretaria, integrada por três servidores, titulares de cargo efetivo ou emprego permanente, designados pelo respectivo dirigente.

43

Maria, Deputada Estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, tinha dúvidas em relação à possibilidade de vir a perder o mandato ou deixar de receber o subsídio em razão da fruição de uma licença.

Após analisar a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, Maria concluiu corretamente que a licença

(A) por motivo de doença fará cessar o pagamento do subsídio caso ultrapasse 180 (cento e oitenta) dias.
(B) por motivo de doença não fará cessar o pagamento do subsídio, desde que não ultrapasse 15 (quinze) dias.
(C) para tratar de assunto de interesse particular não fará cessar o pagamento do subsídio caso não ultrapasse 30 (trinta) dias por legislatura.
(D) para tratar de assunto de interesse particular fará cessar o pagamento do subsídio e não pode ultrapassar 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.
(E) para tratar de assunto de interesse particular fará cessar o pagamento do subsídio caso se estenda por lapso que supere 90 (noventa) dias por legislatura.

44

Determinada proposição legislativa em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ao tomar conhecimento desse encaminhamento, João, Deputado Estadual e que não integra a CCJ, decidiu verificar a possibilidade de assistir às respectivas reuniões e apresentar emenda no âmbito da comissão.

Após analisar o Regimento Interno da Alerj, João concluiu, corretamente, que

(A) não pode assistir às reuniões.
(B) pode apresentar a emenda, mas necessita de apoiamento de uma liderança partidária.
(C) não pode apresentar a emenda, ainda que com o apoiamento de um dos membros da CCJ ou de liderança partidária.
(D) pode apresentar a emenda, mas necessita de apoiamento de um dos membros da CCJ, só podendo versar sobre matéria de sua competência.
(E) pode assistir às reuniões e apresentar a emenda, mas necessita, nesse último caso, de apoiamento de ao menos 5 (cinco) Deputados Estaduais.

45

Em determinada legislatura, diversos servidores públicos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) procuraram determinado Deputado Estadual, e informaram que seria conveniente que ocorresse a criação de novos cargos efetivos, de modo a ampliar a qualidade do serviço.

Após analisar o Regimento Interno da Alerj, o Deputado Estadual esclareceu, corretamente, aos servidores que

(A) a Mesa Diretora pode editar decreto legislativo criando os novos cargos.
(B) apenas a Mesa Diretora pode apresentar o projeto de resolução sobre a matéria.
(C) qualquer Deputado Estadual pode apresentar o respectivo projeto de lei sobre a matéria.
(D) um terço dos Deputados Estaduais pode apresentar projeto de decreto legislativo sobre a matéria.
(E) apenas a Mesa Diretora pode propor à Assembleia a edição de decreto legislativo sobre a matéria.

46

Diversas organizações não governamentais do norte fluminense iniciaram uma mobilização da população diretamente interessada, visando à apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.

Ao analisar a Constituição Estadual, em relação à possibilidade, ou não, de a referida proposição vir a ser apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), concluíram corretamente que

(A) a matéria não foi disciplinada na Constituição Estadual.
(B) o projeto deve ser subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado do Estado.
(C) o projeto deve ser totalmente subscrito por meio de assinatura digital autenticada.
(D) o projeto deve ser subscrito por eleitores distribuídos em, pelo menos, dez por cento dos Municípios, com não menos de um décimo por cento dos eleitores de cada um deles.
(E) o projeto pode ser subscrito por organizações não governamentais que congreguem, em seus quadros, não menos de um décimo por cento do eleitorado do Estado, cabendo aos eleitores ratificá-lo perante a Alerj.

47

Alguns anos após iniciar o exercício funcional como servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), Maria desejava obter o seu desenvolvimento funcional, com a passagem para o nível seguinte, no índice imediatamente superior.

Após analisar o Plano de Carreira instituído pela Resolução Alerj nº 590/1994, Maria concluiu corretamente que

(A) o desenvolvimento funcional pode ocorrer para área ou especialização diversa daquela em que ela se encontra.
(B) o interstício exigido, em relação ao desenvolvimento funcional anterior, na mesma modalidade, é de 1 (um) ano.
(C) a sua requisição para outro órgão público não obsta que concorra para essa modalidade de desenvolvimento funcional.
(D) o tempo mínimo de exercício funcional na Alerj, para que ela concorra nessa modalidade de desenvolvimento funcional, é de 2 (dois) anos.
(E) o processo concernente à referida modalidade de desenvolvimento funcional é realizado anualmente, no segundo semestre.

48

Determinada proposição legislativa, submetida à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), tramita em regime de urgência, sendo encaminhada para a análise de três comissões permanentes dessa Casa Legislativa.

À luz do Regimento Interno da Alerj, é correto afirmar que

(A) as comissões devem emitir parecer, em caráter conjunto, de maneira imediata.
(B) os prazos de tramitação ordinária serão contados pela metade, ressalvadas as exceções previstas no Regimento Interno.
(C) as comissões devem emitir parecer, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas ou diretamente em Plenário, conforme o despacho da Mesa.
(D) a proposição deve ser imediatamente incluída na Ordem do Dia, não sendo previamente encaminhada às comissões, que devem emitir parecer oralmente.
(E) as comissões devem emitir parecer, observado, isoladamente, o prazo de 3 (três) dias, ressalvadas as exceções previstas no Regimento Interno.

49

Pedro, servidor público da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), sofreu uma pena disciplinar após regular processo administrativo em que foram asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa. Sete meses depois, Pedro decidiu requerer a revisão da pena disciplinar.

De acordo com a sistemática estabelecida no Decreto nº 2.479/1979, é correto afirmar que

(A) a revisão pode ter por base a injustiça da penalidade.
(B) a revisão não exige que sejam aduzidos fatos ainda não conhecidos.
(C) o falecimento de Pedro não obsta que a revisão seja requerida por terceiro.
(D) a revisão deve ser realizada no âmbito do Poder Judiciário, não no plano administrativo.
(E) o pedido de revisão é intempestivo, considerando o decurso de seis meses desde a aplicação da sanção.

50

Maria, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado do Rio de Janeiro, após regular processo administrativo, sofreu a sanção de demissão.

Irresignada com essa sanção, ingressou com ação judicial requerendo a sua anulação, em virtude da não observância das garantias do contraditório e da ampla defesa, o que foi acolhido pelo Poder Judiciário. Por essa razão, foi determinado o seu retorno ao serviço público, o que efetivamente ocorreu.

À luz da sistemática adotada pelo Decreto nº 2.479/1979, é correto afirmar que ocorreu

(A) a nomeação de Maria.
(B) a reintegração de Maria.
(C) a readaptação de Maria.
(D) o aproveitamento de Maria.
(E) o reenquadramento de Maria.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

51

João, Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), apresentou projeto de lei no âmbito dessa Casa Legislativa, sendo detectadas as seguintes características nessa proposição:

I. não contém ementa;
II. versa sobre matéria análoga a outro projeto de lei em tramitação na Alerj; e
III. na cláusula de vigência, foi indicada a revogação geral de toda e qualquer lei anterior incompatível com essa proposição.

Considerando os balizamentos estabelecidos pelo Regimento Interno da Alerj, é correto afirmar que

(A) apenas a característica II obsta a tramitação da proposição.
(B) as três características obstam a tramitação da proposição legislativa.
(C) a Mesa Diretora da Alerj deve intimar João para que supra os vícios formais presentes nas três características indicadas.
(D) a característica I permite que a Secretaria Geral da Mesa Diretora providencie para que seja sobreposta ementa no projeto.
(E) as características I e III consubstanciam meros vícios formais, que não demandam ajustes por João, salvo se houver requerimento nesse sentido por parlamentar ou liderança.

52

Em uma relação processual que tramita em uma Câmara do Tribunal de Justiça do Estado *Sigma* (TJES), na qual se discute ato administrativo de determinada autoridade pública, o autor da ação argumentou que o ato está alicerçado na Lei nº *W*/2000, que seria incompatível com o Art. *X* da Constituição da República, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº *Y*/2020, norma de eficácia limitada e princípio programático ainda não regulamentada. Acresça-se que a afirmação do autor está correta.

Sobre a situação descrita, assinale a afirmativa correta.

(A) A conformidade constitucional da Lei nº *W*/2000 somente pode ser avaliada após a integração de eficácia do Art. *X*.
(B) A Lei nº *W*/2000 é inconstitucional, sendo exigida a observância da reserva de plenário para que não seja aplicada.
(C) A Câmara do TJES deve deixar de aplicar a Lei nº *W*/2000, antes da regulamentação do Art. *X* e sem observância da cláusula *full bench*.
(D) A Câmara do TJES deve submeter a questão ao Pleno do TJES, que pode deixar de aplicar a Lei nº *W*/2000 pelo voto da maioria absoluta dos seus membros.
(E) A não recepção da legislação infraconstitucional somente pode ser aferida em relação ao texto constitucional originário, o que obsta a análise da validade da norma na perspectiva temporal.

53

O Supremo Tribunal Federal, em sede de controle difuso de constitucionalidade, declarou a inconstitucionalidade das Leis *W, X* e *Y*, todas com o mesmo objeto, editadas, respectivamente, pelos Estados *Alfa, Beta* e *Gama*.

Ao tomar ciência dos acórdãos, que transitaram em julgado, o Senado Federal editou os atos próprios, suspendendo a execução desses diplomas normativos. Cerca de um ano depois, o Supremo Tribunal Federal editou súmula vinculante dispondo que a temática versada nos referidos diplomas normativos era inconstitucional, momento em que se encontrava em tramitação, na Assembleia Legislativa do Estado *Delta* (Aled), uma proposição legislativa com o mesmo teor.

Sobre a situação descrita, à luz da sistemática vigente, assinale a afirmativa correta.

(A) A suspensão da execução das Leis *W, X* e *Y* era de competência das respectivas Assembleias Legislativas, não do Senado Federal.
(B) A suspensão da execução das Leis *W, X* e *Y*, com eficácia *erga omnes*, é de competência privativa do STF, não do Senado Federal ou da Aled.
(C) A edição da súmula vinculante obsta a aprovação, pela Aled, de diploma normativo do teor tido como inconstitucional, sendo possível a utilização da reclamação;
(D) A competência para suspender a execução das Leis *W, X* e *Y* era do Senado Federal, e a súmula vinculante não obsta a aprovação de diploma normativo de idêntico teor pela Aled.
(E) Em razão da transcendência dos motivos determinantes, a aprovação do diploma normativo pela Aled é suscetível de impugnação, perante o STF, via reclamação, ainda que não houvesse súmula vinculante.

54

Lucas, servidor público da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), foi instado por Paulo, Deputado Estadual, a apresentar os principais contornos da legislação estadual que versa sobre os processos administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Isto porque o parlamentar pretende apresentar, na Casa Legislativa, projeto de lei visando à modificação do referido texto legal.

Considerando as disposições da Lei Estadual nº 5.427/2009, nos processos administrativos serão observadas as normas a seguir elencadas, ***à exceção de uma***. Assinale-a.

(A) Interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do interesse privado do administrado.
(B) Atendimento afins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes, salvo autorização em lei.
(C) Objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.
(D) Impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados.
(E) Proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.

55

No exercício de suas atribuições, o Especialista Legislativo analisa um projeto de lei que institui política pública permanente, cria despesa obrigatória de caráter continuado e não apresenta estimativa do impacto orçamentário-financeiro nem indicação de medidas de compensação. O projeto tampouco faz referência à compatibilidade com as peças do planejamento orçamentário.

De acordo com as normas constitucionais e com a disciplina das finanças públicas, a falha apontada viola diretamente o princípio da(o)

(A) anualidade.
(B) universalidade.
(C) equilíbrio orçamentário e da responsabilidade fiscal.
(D) unidade orçamentária.
(E) publicidade.

56

Vicente, servidor público, ao aprofundar os estudos sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, concluiu que, no curso do processo licitatório, serão desclassificadas as propostas que contiverem vícios insanáveis.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

I. A verificação da conformidade das propostas deverá ser feita exclusivamente em relação às duas propostas melhor classificadas.
II. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.
III. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas exequíveis as propostas cujos valores forem superiores a 50% do valor orçado pela Administração.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e II, apenas.
(E) II e III, apenas.

57

Foi amplamente noticiado pelos meios de comunicação social que o Governador do Estado *Delta* teria praticado atos administrativos de modo a favorecer parentes, concedendo-lhes títulos honoríficos e facilitando o acesso dessas pessoas a contatos obtidos a partir de relações jurídicas estabelecidas pelo Estado com pessoas jurídicas estrangeiras, obstando, no entanto, o mesmo acesso a outras pessoas.

Por essa razão, Pedro, vereador do Município *Alfa*, situado no território do Estado *Sigma*, ingressou com Ação Popular em face do referido agente público.

Consoante as informações disponíveis, é correto afirmar que

(A) a ação não deve ser conhecida, em razão da falta de interesse de agir de Pedro.
(B) a ação deve ser julgada pelo Tribunal de Justiça, em simetria com o modelo federal.
(C) o cabimento da ação está condicionado apenas à demonstração de lesividade aos cofres públicos.
(D) o cabimento da ação está condicionado à demonstração da ilegalidade do agir e da lesividade aos cofres públicos.
(E) a causa de pedir se ajusta à sistemática vigente, independente da demonstração de outros aspectos, e a ação deve ser conhecida.

58

Foi apresentada uma proposição legislativa à Assembleia Legislativa do Estado *Sigma* que dispõe sobre temas correlatos à informática, de modo a assegurar o uso coordenado de aspectos mecânicos e de instrumentos de programação, de modo a aumentar os níveis de eficiência e a disseminar o seu uso pelas distintas camadas da população.

Ao analisar a proposição, a Comissão de Constituição e Justiça da referida Casa Legislativa concluiu, corretamente, que a proposição

(A) reflete o exercício da competência legislativa residual pelo Estado *Sigma.*
(B) reflete o exercício da competência legislativa comum pelo Estado *Sigma.*
(C) não versa sobre matéria passível de ser disciplinada em lei, isto por dizer respeito ao desenvolvimento tecnológico.
(D) está em harmonia com a Constituição da República, desde que observe eventual lei nacional que tenha sido editada pela União.
(E) versa sobre matéria de competência legislativa privativa da União, o que pressupõe a autorização em lei complementar desse ente para a sua edição.

59

Durante a tramitação do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), um parlamentar apresentou emenda individual que

I. cria nova ação orçamentária não prevista no Plano Plurianual (PPA);
II. indica como fonte de recursos a anulação parcial de dotação destinada ao serviço da dívida; e
III. destina os recursos a ente federativo diverso daquele relacionado à área de competência administrativa do autor da emenda.

A partir do regime das emendas parlamentares, assinale a afirmativa correta.

(A) A emenda é constitucional, pois a iniciativa parlamentar é ampla em matéria orçamentária, desde que respeitado o limite percentual das emendas individuais.
(B) A emenda é parcialmente inconstitucional apenas quanto à criação de nova ação orçamentária, podendo ser convalidada mediante execução discricionária pelo Poder Executivo.
(C) A emenda é inconstitucional, pois viola a exigência de compatibilidade com o PPA e utiliza fonte vedada para indicação de recursos.
(D) A emenda é constitucional, pois a execução obrigatória das emendas individuais afasta as limitações materiais previstas na Constituição.
(E) A emenda é válida, desde que a LDO autorize excepcionalmente a criação de ações orçamentárias por iniciativa parlamentar.

60

Órgãos e entes públicos de município situado no Estado *Delta*, por imposição do Chefe do Poder Executivo municipal, vinham reiteradamente deixando de cumprir a Lei Federal nº *X*, o que levou determinado partido político com representação na Assembleia Legislativa do Estado *Delta* (Aled) a requerer a essa Casa Legislativa a decretação de intervenção estadual no referido ente federativo.

O órgão competente da Aled observou, corretamente, que

(A) em razão da natureza da lei que não vem sendo observada, a decretação da intervenção é de competência da União.
(B) a intervenção deve ser decidida pela Aled, mas o cumprimento dessa decisão fica a cargo do Governador do Estado.
(C) a situação descrita enseja a decretação da intervenção na modalidade espontânea, competindo à Aled a aprovação do decreto de intervenção.
(D) a decretação da intervenção pressupõe o provimento de representação pelo Tribunal de Justiça, exigindo, ainda, a atuação dos Poderes Executivo e Legislativo.
(E) a inobservância da lei enseja a responsabilização pessoal do gestor, como na situação indicada, mas não a ruptura momentânea do pacto federativo com a intervenção.

61

Alguns Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decidiram requerer a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) com o objetivo de identificar a qualidade do atendimento oferecido à população por determinado ente da Administração Pública indireta do Estado do Rio de Janeiro. A comissão se somaria às outras sete CPIs que já se encontravam funcionamento, havendo o objetivo de que também atuasse durante o recesso parlamentar.

À luz do Regimento Interno da Alerj, é correto afirmar que

(A) não é permitido o funcionamento da CPI durante o período de recesso parlamentar.
(B) é peremptoriamente vedada a criação da CPI, considerando o número de CPIs em funcionamento.
(C) é possível a criação da CPI, desde que mediante projeto de resolução, aprovado pela maioria absoluta dos membros da Alerj.
(D) compete à Mesa Diretora indicar a composição da CPI caso seja aprovado o requerimento de criação pela presidência da Alerj.
(E) é possível a criação da CPI, desde que o requerimento seja subscrito por lideranças partidárias que representem a maioria absoluta dos membros da Alerj.

62

Determinado Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) entende que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) deve ser instado a rever o seu Regimento Interno, de modo a alterar a competência de determinado órgão fracionário em matéria de elevado interesse público.

Na situação descrita, à luz do Regimento Interno da Alerj, é correto afirmar que, para realizar o seu objetivo, o referido Deputado Estadual deve

(A) apresentar projeto de decreto legislativo, que terá tramitação ordinária.
(B) apresentar projeto de resolução, que estará sujeito a duas discussões.
(C) apresentar projeto de indicação legislativa, que estará sujeito a uma discussão.
(D) solicitar ao Presidente da Alerj que encaminhe ofício ao Presidente do TJRJ sugerindo a adoção da medida alvitrada.
(E) iniciar um debate público, pois não há nenhuma medida passível de ser adotada pela Alerj em relação a essa temática.

63

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ajuizou ação de improbidade administrativa em face de Caio. Após a observância das formalidades legais, o Juízo competente recebeu a petição inicial, dando prosseguimento à relação processual.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que o prazo prescricional de

(A) quatro anos foi suspenso pelo recebimento da petição inicial da ação de improbidade administrativa, sendo certo que o referido prazo recomeçou a correr do dia seguinte ao da suspensão.
(B) oito anos foi suspenso pelo recebimento da petição inicial da ação de improbidade administrativa, sendo certo que o referido prazo recomeçou a correr do dia seguinte ao da suspensão.
(C) dez anos foi interrompido pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa, sendo certo que o referido prazo recomeçou a correr do dia da interrupção.
(D) quatro anos foi interrompido pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa, sendo certo que o referido prazo recomeçou a correr do dia da interrupção.
(E) oito anos foi interrompido pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa, sendo certo que o referido prazo recomeçou a correr do dia da interrupção.

64

Com o objetivo de melhorar o trânsito na região metropolitana, o Estado do Rio de Janeiro pretende realizar complexa obra de infraestrutura, a qual demandará a desapropriação de dezenas de imóveis pertencentes a particulares. Surgiram, assim, discussões jurídicas sobre o procedimento a ser adotado para fins de desapropriação das referidas áreas.

Nesse cenário, considerando as disposições do Decreto-Lei nº 3.365/1941, poderão promover a desapropriação, mediante autorização expressa constante de lei ou contrato, dentre outros, os(as)

(A) concessionários, inclusive aqueles contratados nos termos da Lei de Parceria Público-Privada, e os permissionários, mas não os autorizatários e arrendatários.
(B) concessionários, salvo aqueles contratados nos termos da Lei de Parceria Público-Privada, e os permissionários, mas não os autorizatários e arrendatários.
(C) concessionários, inclusive aqueles contratados nos termos da Lei de Parceria Público-Privada, os permissionários, autorizatários e arrendatários.
(D) permissionários, autorizatários e arrendatários, mas não os concessionários.
(E) permissionários, mas não os concessionários, autorizatários e arrendatários.

65

A Comissão de Educação, Cultura e Desportos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro iniciou seus trabalhos com a composição completa. Em determinado momento, o seu Presidente anunciou que seria iniciado o “expediente”.

Na situação descrita, à luz do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que

(A) estavam presentes sete membros da Comissão.
(B) seria promovida a discussão e votação da ata da reunião anterior.
(C) seriam apreciadas as proposições que constituem a Ordem do Dia da Comissão.
(D) seria apresentado o resumo da correspondência e outros documentos recebidos.
(E) seria iniciada a discussão e a votação de proposições e pareceres sujeitos à aprovação do Plenário.

66

Durante a análise técnico-legislativa de projeto de lei que instituiu a renúncia tributária por prazo indeterminado, sem estimativa do impacto orçamentário-financeiro e sem previsão de medidas compensatórias, o Especialista Legislativo identificou que, no mesmo exercício, o ente federativo enfrentou frustração de receitas e que tem despesas constitucionais e legais não suscetíveis de contingenciamento, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em referência ao regime constitucional das finanças públicas, assinale a afirmativa correta.

(A) A renúncia de receitas é manifestação legítima da discricionariedade política do legislador, sendo suficiente a observância da meta de resultado primário.
(B) A frustração de receitas autoriza, como regra, a limitação de empenho inclusive das despesas vinculadas a direitos fundamentais.
(C) A redução da carga tributária, ainda que comprometa pisos constitucionais, pode ser compensada exclusivamente por endividamento público.
(D) A sustentabilidade da dívida pública constitui o único parâmetro constitucional relevante para a validade de políticas de abdicação de receitas.
(E) A instituição de renúncia tributária encontra limite material no dever estatal de assegurar o custeio suficiente das despesas não contingenciáveis.

67

Foi apresentada proposição legislativa no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado *Delta* (Aled) dispondo sobre a competência dessa Casa Legislativa para aprovar a nomeação do Procurador-Geral de Justiça, a ser realizada pelo Governador do Estado.

De acordo com a sistemática estabelecida na Constituição da República, é correto afirmar que a referida proposição

(A) deve observar as normas gerais editadas pela União a respeito dessa temática.
(B) é formalmente constitucional, caso tenha a natureza de proposta de emenda à Constituição Estadual.
(C) afronta a sistemática constitucional, que não prevê a participação do Poder Legislativo estadual nesse processo de escolha.
(D) está lastreada, por força do princípio da simetria, no comando constitucional que autoriza que o Poder Legislativo aprove a escolha dos titulares dos cargos indicados em lei.
(E) reproduz norma de reprodução obrigatória inserida na Constituição da República a respeito dessa temática em relação ao Procurador-Geral da República, sendo constitucional.

68

Instaurou-se um debate na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em relação à compatibilidade de determinado programa de trabalho, constante do projeto de lei orçamentária anual, com o Art. *X* da Constituição da República.

Um dos polos desse debate defendia que os padrões deontológicos se exauriam no plano semiótico, conforme sentidos preexistentes, o que assegurava a segurança jurídica e afastava a possibilidade de manipulações antidemocráticas pelo "intérprete de ocasião".

Sobre a referida linha argumentativa, assinale a afirmativa correta.

(A) É refratária ao formalismo clássico.
(B) Está em harmonia com o realismo jurídico.
(C) Está em harmonia com a metódica concretista.
(D) Não é infensa à influência de vetores axiológicos na interpretação constitucional.
(E) Atribui ao intérprete o exercício de uma atividade essencialmente cognoscitiva, não decisória.

69

Em determinada legislatura, o Governador do Estado do Rio de Janeiro, acompanhado do Vice-Governador, decidiu realizar uma viagem ao exterior, pelo prazo de 10 (dez) dias, com o objetivo de promover contatos com potenciais investidores estrangeiros, de modo a viabilizar a realização de investimentos no território estadual.

Em momento imediatamente anterior à viagem, certas lideranças partidárias iniciaram debates em relação à necessidade, ou não, de a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro conceder licença para a referida viagem.

Ao fim dos debates concluiu-se corretamente, à luz da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, que a concessão de licença

(A) não é exigida na situação descrita.
(B) é necessária, independentemente do tempo de permanência no exterior.
(C) deve ser disciplinada em lei, que definirá as situações em que é exigida ou vedada.
(D) não pode ser concedida, pois é vedado ao Governador e ao Vice-Governador se ausentarem ao mesmo tempo do país.
(E) não pode ser exigida em nenhuma hipótese, independente da duração da viagem, sob pena de afronta à separação dos poderes.

70

Após praticar ato lesivo à Administração Pública, o Estado do Rio de Janeiro deflagrou, na esfera administrativa, processo administrativo de responsabilização em detrimento da sociedade empresária *Alfa*, em observância às formalidades legais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.846/2013, é correto afirmar que, na esfera administrativa, a sociedade empresária *Alfa* estará sujeita às sanções de

(A) multa, no valor de 0,1% a 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação e perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, cumulativamente.
(B) multa, no valor de 0,1% a 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação e publicação extraordinária da decisão condenatória, isolada ou cumulativamente.
(C) perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé e publicação extraordinária da decisão condenatória, cumulativamente.
(D) perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé e suspensão ou interdição parcial de suas atividades, isolada ou cumulativamente.
(E) publicação extraordinária da decisão condenatória e suspensão ou interdição parcial de suas atividades, isolada ou cumulativamente.

71

Foram iniciados estudos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado *Delta* (Aled) visando à apresentação de proposta de emenda à Constituição Estadual, de modo a ampliar as situações em que as proposições legislativas devem ter a forma de lei complementar, além de detalhar os requisitos procedimentais afetos à sua aprovação.

Ao fim desses estudos, concluiu-se corretamente que

(A) a realização do objetivo desejado é admitida desde que seja exigido que a lei complementar seja aprovada pela maioria de dois terços dos Deputados Estaduais.
(B) as situações de reserva de lei complementar não podem ser previstas na Constituição Estadual fora das hipóteses contempladas na Constituição da República.
(C) a definição dos requisitos formais a serem observados no plano estadual, incluindo a reserva de lei complementar, é matéria própria do Regimento Interno da Aled.
(D) a correlação que deve existir entre matéria e forma está situada no âmbito da autonomia política de cada ente federativo, sendo admitida a realização do objetivo desejado.
(E) as normas afetas ao processo legislativo previstas na Constituição da República não se enquadram, em regra, como normas de reprodução obrigatória, ressalvadas aquelas que disponham sobre reserva de lei complementar.

72

Durante a análise de um projeto de lei ordinária que institui programa público continuado, com impacto financeiro plurianual, o Especialista Legislativo identificou a ausência de referência ao Plano Plurianual (PPA).

À luz do ciclo orçamentário constitucional, essa omissão

(A) é irrelevante, pois a lei ordinária pode inovar livremente no planejamento.
(B) compromete a constitucionalidade material da proposição.
(C) pode ser suprida na fase de execução orçamentária.
(D) é admissível desde que a despesa conste da LOA.
(E) afeta apenas a técnica redacional, não a validade jurídica.

73

João era associado de uma organização não governamental sem fins lucrativos, mas foi sumariamente excluído do quadro social sob o argumento de que teria praticado uma conduta incompatível com os objetivos estatutários.

Em razão da ausência de formalização de um documento descrevendo a conduta que lhe teria sido atribuída, além de não ter sido previamente ouvido, João entendia que a sua exclusão estava em dissonância com a Constituição da República.

Ao consultar um especialista nessa temática, foi corretamente esclarecido a João que a referida exclusão

(A) está sujeita aos balizamentos estatutários, em obediência ao direito fundamental ao ato jurídico perfeito.
(B) destoa dos direitos fundamentais, na perspectiva teórica que apregoa a sua eficácia direta, sempre que compatíveis, em relações jurídicas como a descrita.
(C) não é alcançada pelos direitos fundamentais de estatura constitucional, aplicáveis apenas nas relações jurídicas entre o poder público e a pessoa humana.
(D) deve ser tida como injurídica caso haja lei determinando a incidência do direito fundamental potencialmente aplicável ao caso em relações jurídicas como a descrita.
(E) está lastreada na autonomia da vontade própria das relações privadas, que deriva da dignidade humana e que somente pode ser restringida pela ordem jurídica em situações excepcionais, o que não é o caso.

74

Em determinada legislatura, ao ser apresentada questão de ordem por determinado membro da Comissão de Servidores Públicos, em matéria infraconstitucional, o presidente dessa Comissão a indeferiu, o que acarretou a irresignação do proponente.

Em relação às opções do proponente, à luz do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), assinale a afirmativa correta.

(A) Não é cabível a interposição de recurso.
(B) Pode ser interposto recurso, competindo a decisão à Mesa Diretora.
(C) Pode ser interposto recurso, competindo a decisão ao Plenário da Alerj.
(D) Pode ser interposto recurso, competindo a decisão ao Presidente da Alerj.
(E) Pode ser interposto recurso, competindo a decisão ao Plenário da própria Comissão.

75

Em determinada legislatura, um grupo de 24 (vinte e quatro) Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição Estadual (PEC).

No curso de sua tramitação, a PEC foi submetida a dois turnos de discussão e votação, sendo-lhe assegurada preferência apenas em relação às proposições em tramitação ordinária. Em ambos os turnos, a PEC foi aprovada por 42 Deputados Estaduais, sendo, ao final promulgada a Emenda Constitucional nº X pela Mesa Diretora.

Em relação à narrativa acima, considerando os balizamentos estabelecidos pelo Regimento Interno da Alerj, assinale a afirmativa correta.

(A) Não apresenta nenhuma incorreção.
(B) Somente apresenta incorreção em relação à preferência.
(C) Somente apresenta incorreção em relação à promulgação.
(D) Somente apresenta incorreção em relação à iniciativa legislativa.
(E) Somente apresenta incorreção em relação ao quórum de aprovação.

76

Tão logo recebeu uma proposta de emenda constitucional subscrita por um grupo de Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), o Presidente dessa Casa Legislativa a considerou inconstitucional, o que o levou a não aceitá-la.

Nesse caso, considerando os balizamentos estabelecidos pelo Regimento Interno da Alerj, é correto afirmar que

(A) a não aceitação da proposição legislativa, pela presidência, em decisão monocrática, não tem previsão regimental.
(B) qualquer dos signatários da proposição, caso não se conforme com a decisão da presidência, pode requerer a sua submissão ao plenário, que determinará o início da tramitação caso discorde da decisão.
(C) qualquer dos signatários da proposição, caso não se conforme com a decisão da Presidência, pode requerer o parecer da Mesa Diretora, sendo a matéria submetida ao plenário se não houver retratação da Presidência.
(D) a não aceitação é irreversível se não for apresentado recurso, por qualquer dos autores, no prazo de 3 (três) dias, sendo que o recurso acarretará a análise pela Mesa Diretora se não for exercido o juízo de retratação pela Presidência.
(E) o primeiro signatário da proposição, caso não se conforme com a decisão da Presidência, pode requerer a audiência da Comissão de Constituição e Justiça, que, discordando da decisão, restituirá a proposição para tramitação normal.

77

Ao analisar um projeto de lei que cria incentivos econômicos setoriais, o Especialista Legislativo deve verificar sua compatibilidade com os princípios da ordem econômica constitucional.

Nesse contexto, é correto afirmar que a proposição legislativa deve

(A) priorizar o crescimento econômico, ainda que comprometa a justiça social.
(B) limitar a atuação estatal à exploração direta da atividade econômica.
(C) harmonizar a livre iniciativa com a valorização do trabalho humano.
(D) estabelecer privilégios econômicos permanentes a setores estratégicos.
(E) preservar a neutralidade absoluta do Estado na economia.

78

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) promoveu, em conjunto com outros órgãos públicos, um ciclo de palestras sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, atribuindo-se atenção à temática afeta à nulidade dos contratos, com os consectários daí decorrentes.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.
( ) Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo improrrogável de seis meses.
( ) A nulidade exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado, mas será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – V – V.
(B) V – F – F.
(C) V – V – F.
(D) F – F – V.
(E) F – V – F.

79

Assinale a opção que indica, corretamente, uma preocupação do Especialista Legislativo ao examinar a constitucionalidade de um projeto de lei que criou despesa pública.

(A) A conveniência política da despesa proposta.
(B) A aceitação social da política pública criada.
(C) A possibilidade futura de suplementação orçamentária.
(D) A discricionariedade do gestor na execução da despesa.
(E) A compatibilidade da despesa com o planejamento orçamentário vigente.

80

Foi amplamente noticiado pelos meios de comunicação social que, em razão da aposentadoria de determinado membro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, competiria à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) escolher o seu sucessor.

De acordo com o Regimento Interno da Alerj, é correto afirmar que

(A) a notícia não tem base regimental.
(B) a Mesa Diretora deve indicar ao Plenário o novo membro.
(C) qualquer Deputado Estadual pode indicar o seu candidato, cabendo a escolha ao Plenário.
(D) o Presidente da Alerj deve indicar o novo membro à Comissão de Constituição e Justiça, que deliberará.
(E) os partidos políticos com representação na Alerj devem indicar seus candidatos, competindo a escolha ao Plenário.

QUESTÃO DISCURSIVA

O Estado *Alfa* editou a Lei estadual nº *X*, em temática de competência legislativa residual, em momento no qual a União não tinha editado qualquer norma sobre a matéria.

Em momento posterior, sobreveio a Lei federal nº *Y*, que estabeleceu disciplina em sentido diametralmente oposto ao do referido diploma normativo. Além disso, a Lei estadual nº *X* diverge da norma constitucional de eficácia limitada e princípio programático obtida a partir da interpretação do Art. *W* da Constituição da República, realizada com base nos alicerces teóricos da metódica concretista.

Esse estado de coisas levou o Governador do Estado *Sigma* a deflagrar o Controle Concentrado de Constitucionalidade da Lei estadual nº *X* perante o Supremo Tribunal Federal.

Analise a possibilidade de o Governador do Estado *Sigma* obter êxito em sua pretensão, analisando, necessariamente, os itens a seguir.

A) A legitimidade do autor da ação.

B) A possibilidade de o Art. *W* da Constituição da República ser usado como paradigma de confronto.

C) A influência da metódica concretista no delineamento da norma constitucional indicada.

D) A conformidade constitucional da Lei estadual nº *X*.

RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

Realização

FGV CONHECIMENTO